

A COEXISTÊNCIA ENTRE O “VELHO” E O “NOVO” NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS: O ESPAÇO URBANO COMO PALCO DE “MUDANÇAS”

Roney Gusmão do Carmo¹ (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB).

Ana Elizabeth Santos Alves² (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB).

Resumo: O texto que aqui apresentamos busca compreender os impactos da acumulação flexível para a cotidianidade de homens e mulheres dentro do seu espaço de trabalho e, por extensão, da sua prática social. É sabido que os “novos” paradigmas do capitalismo nesse início de século possuem repercussões globais, instituindo novas subjetividades apoiadas no “velho” nexos de reprodução do sistema. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o “novo” e o “velho” coexistem, numa relação dialética que paira entre “perpetuação” e “transformação”, ora conservando a lógica capitalista, ora instituindo “novas” estratégias de perpetuação do capital.

Palavras-chave: acumulação flexível, capitalismo, representações, consciência, subjetividade.

Summary: The text presented here seeks to understand the impacts of flexible accumulation for men and women's everyday life of within their workspace, and, by extension, their social practice. It is known that the "new" paradigms of capitalism in this new century have global repercussions, instituting new subjectivities supported by the "old" system nexus. Accordingly, we assume that the "new" and "old" coexist in a dialectical relationship that hovers between "perpetuation" and "transformation", or keeping the capitalist logic, now instituting "new" strategies perpetuation of capital.

Keywords: flexible accumulation, capitalism, representations consciousness, subjectivity.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em “Memória: Linguagem e Sociedade”, UESB, <http://lattes.cnpq.br/0045181639619078>, Vitória da Conquista – BA, guzmao@hotmail.com

² Doutora em educação pela UFBA, professora do Programa de Pós-graduação em “Memória: Linguagem e Sociedade”, UESB, <http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>, Vitória da Conquista – BA, ana_alves183@hotmail.com

Introdução

O presente texto se apoia na ideia de que permanentemente o “velho” e o “novo” traçam entre si uma relação dialética de coexistência. Essa constatação se inspira na rejeição de uma história linear e estanque, cujo nexos concebe o “moderno” como superação do passado, desconsiderando a imbricação do ontem no hoje, bem como do “ultrapassado” na configuração do “contemporâneo”. Por este viés de análise, entendemos que toda a “novidade” que tem remontado o “novo” capitalismo flexível arrasta, em sua essência, elementos constitutivos do “velho” regime capitalista, que apresenta, em suas distintas faces, um fio condutor com uma lógica similar, permitindo entender que a “velha” lógica se mantém na “nova” arquitetura capitalista.

Evidentemente, não pretendemos adentrar a polêmica sobre o emprego do adjetivo “novo” quando tratamos do capitalismo flexível que adentrou o Brasil mais fortemente nesse início de século XXI, pois, embora saibamos que o *status quo* demonstre o nexos de sempre, compreendemos que as formas de exploração, as estratégias de persuasão no trabalho, bem como as táticas de coerção social demonstraram profundas mudanças equalizadas ao contexto histórico ao qual nos referimos. (DRUCK, 2011).

Para análise da complexidade do que se afirma, partimos da cidade de Vitória da Conquista, cidade com porte mediano no interior da Bahia, que nos anos 2000 tem demonstrado claramente uma nova reconfiguração do espaço urbano em total articulação com a dinâmica capitalista global insinuada no atual contexto. Compreendemos, portanto, que esse município é parte de uma totalidade dialética e, como tal, apresenta refrações de todo movimento histórico vivenciado na atual fase do sistema, nitidamente apoiado num processo expansionista predatório, cujas motivações serão debatidas mais à frente.

Na intenção de interpretar o espaço empírico que dispomos a estudar, debruçamos, a princípio, sobre a realidade do comércio local, tendo por base a evidente constatação de que nesse início de século uma avalanche de grandes empresas de capital externo adentrou o cenário local, alterando substancialmente as relações de trabalho, de mercado e de consumo aqui existentes. A cidade hoje tem demonstrado uma aparência metropolitana, com bolsões

de prosperidade e valores de consumo muito mais equalizados a tendências globais, fato esse que tem motivado representações fetichizadas, muito frequentemente apegadas à superficialidade desse fenômeno, cujos efeitos mais excludentes são mascarados por um aparente cosmopolitismo e um crescimento econômico macrocéfalo, artificialmente desenhado no espaço. Esse fato banuiu para uma posição marginal os comerciantes locais, hoje constrangidos pela amplidão dos mega-empresendimentos vinculados a franquias que engoliram empresas menores, tanto espacialmente, como também pela cooptação do mercado consumidor.

O presente texto apresenta dois sujeitos de pesquisa, como forma de ilustrar as representações suscitadas por esse fenômeno: trata-se de um empregador e de um empregado do comércio local, entrevistados sobre o tema que tratamos. Novais, ex-dono de um bem sucedido negócio local de confecções e Antônio, hoje comerciário em uma gigante rede de lojas.

Novais montou sua loja nos anos 1970, período em que o comércio da cidade era composto basicamente por empreendedores locais, época também em que o consumidor demonstrava ser mais previsível. O ex-comerciante narrou que sentia mais confortável com a realidade daquele período porque, dizia ele, “sabia o que o freguês queria quando adentrava a loja”, logo, o estoque de mercadoria rapidamente se esgotava, pois, a baixa concorrência e a simplicidade (e previsibilidade) dos consumidores eram fatores primordiais no intenso fluxo de capitais daquele período.

Já no final dos anos 1990, Novais não via com bons olhos a acelerada transformação vivenciada pelo comércio local. A chegada de empreendimentos estrangeiros encareceu o mercado imobiliário, impôs novos critérios concorrenciais e mostrou um poder avassalador de polarizar o mercado consumidor por um marketing imbatível. As condições de concorrência se tornaram insuportáveis, afinal a modesta loja de Novais contrastava com o gigantismo dos grandes empreendimentos de fachada extravagante e iluminação ofuscante, fato que gerou a falência do comércio de Novais no ano de 2004. Hoje, pessimista com a realidade do comércio, Novais é categórico: “Não aconselho ninguém a abrir negócio no comércio atualmente, pois a concorrência está cada vez mais acirrada”.

Antônio, comerciário em uma grandiosa loja de móveis e eletrodomésticos, parece enxergar o processo de “estrangeirismo” do comércio conquistense por outros olhos. A sensação de metropolitanismo e sofisticação impressa no espaço, tão marcadamente imposta pelo capitalismo flexível, parece contagiar o discurso de Antônio. Quando iniciou suas atividades no comércio em meados dos anos 1990, ele visualizava a lentidão do dia a dia urbano de uma cidade sem *fast-foods*, sem *shopping-centers* e sem congestionamento. Aquela Vitória da Conquista parecia “atrasada” demais, diz ele, composta basicamente por gestores locais que não tinham uma postura visionária e nem eram desafiados a alterarem sua forma de inserção no comércio. Hoje, Antônio orgulhosamente diz que seus pais (trabalhadores do comércio nos anos 1970 e 1980) eram mais “ociosos” e “conformados” com a morosidade local, tinham intervalo para almoço, não vivenciavam a “correria” nítida no campo de trabalho hoje, entretanto não podiam comprar um *iphone*, como aquele em seu bolso, nem uma TV de 42 polegadas.

O discurso de Antônio é composto por uma sensação de pertença ao tempo atual e de total desdém com a “lentidão” de outrora. Para ele, viver hoje é poder usufruir do “melhor” que a sociedade de consumo tem para lhe oferecer, compreendendo adquirir a parafernália tecnológica, coercitivamente disseminada pelos aparelhos de mídia, é motivação justa para subsunção ao trabalho. Ser trabalhador, na ótica de Antônio, é sentir identidade com os demais de mesma condição sim, mas é, sobretudo, lutar por uma causa individual, adequando-se às metas de venda impostas pela empresa e ostentando o “*status*” imediato que seu poder de consumo pode lhe conferir.

Embasado nesse assimétrico arcabouço de significados suscitados pela acumulação flexível, o presente texto se norteia pela constatação de que as representações mais comuns, cotidianamente externadas nos discursos de homens e mulheres, estão em total vinculação dialética a uma história em curso, inscrita na concretude das relações sociais e, por efeito, se infiltra na subjetividade dos sujeitos. As palavras dos entrevistados podem parecer ingênuas numa primeira vista, porém são decalque de um processo que opera numa dimensão macro-estrutural, cujo meticuloso trabalho ideológico adquiriu propriedade penetrante na alma, motivando representações, fantasias, fetiches, desejos, sonhos.

A representação e o contexto

Qualquer estudo que intente adentrar o mundo das representações que se diluem no discurso de homens e mulheres deve partir de análises sobre as condições concretas de existência. Não há como dissociar representação comum do convívio social ou, ainda, os valores da prática cotidiana que, por sua vez, se associa a uma totalidade dialética. Para conhecer o senso comum - "pseudoconcreticidade" (KOSIK, 2010) -, que se forma e se reproduz no mais ordinário e corriqueiro convívio social, o pesquisador precisa estar ciente de que esse é um terreno carregado de conflitos e ambiguidades encobertos por uma visão fetichizada e superficial da realidade. Nas palavras de Kosik (2010), o senso comum é ingênuo e vulnerável à totalidade que lhe infere significados, o que permite supor que compreendê-lo é possível apenas mediante o entendimento das teias que ligam os indivíduos a uma dinamicidade orgânica do todo sócio-histórico.

Ao tratarmos do senso comum relatado por Novais e Antônio, por exemplo, temos em vista que as representações formadas em meio aos sujeitos advêm de suas trajetórias e também do seu convívio social. A consciência, então, não é substância teórica imputada por aquele que estuda, mas é, sobretudo, composta de representações das coisas formada e compartilhada numa cotidianidade concreta daqueles que diretamente se põe numa determinada condição.

Seguindo a linha de raciocínio, as representações concretas desses sujeitos são moldadas a partir de sua existência corriqueira, inclusive no espaço de trabalho, fato este que permite deduzir que todas as transformações conjunturais verificadas na amplitude do sistema capitalista global, de alguma forma, constroem/desconstroem os significados pessoais dos trabalhadores acerca de sua própria realidade. Em outras palavras, queremos afirmar que a consciência dos trabalhadores recebe inferências de um trâmite maior do metabolismo sócio-histórico do capitalismo internacional, regimentando posturas, significados, desejo, fantasias, percepções daqueles que compõem a base do sistema e o integram por sua força de trabalho.

De modo prático, as palavras de Antônio revelam as suas possibilidades concretas de existência, pois toda sua retórica é motivada por sua experiência cotidiana traçada sobre a

materialidade da vida social. O regime produtivo, obviamente, faz parte desse processo de construção das representações (pseudoconcreticidade), que tem na história a explicação plausível para a forma como hoje Antônio significa a sua prática social e encontra motivações para permanecer trabalhando no comércio. A exploração por ele vivenciada parece não ofuscar o brilho de estar num ambiente carregado de fetichização e deslumbre promovido pelo poder de consumo que sobrepuja a exploração.

Evidentemente, não pretendemos afirmar que a desigualdade resultante da exploração tenha sido inaugurada pelo sistema capitalista, porém o atual nexos, balizado pela acumulação, acirrou as disputas de classe, dado a extrema divergência de interesses na arena de sobrevivência implantada pela lógica do capital. Enquanto a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2003) passou a lutar para assegurar o direito ao trabalho com melhores condições de sobrevivência, o empresariado, por outro lado, articulava meios de controle social, econômico e político, cujo objetivo sempre se calçou em garantir a acumulação por meio da exploração.

Nessa ótica, o trabalhador foi feito mercadoria, cujas reivindicações podem se tornar lesivas à ideia do lucro. Sobrepujar a luta de classe se tornou, então, uma necessidade para maximização da acumulação, fato este que “reduz e degrada os seres humanos à condição de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, [...] como ‘mercadoria comercializável’, igual qualquer outra, sujeito às determinações desumanizadoras da coerção econômica” (MESZAROS, 2007, p. 56).

No desenrolar desse cenário propício à acumulação, a separação entre os extremos da estratificação social foi se alargando, fato que reforçou a pobreza nesses últimos anos (referência a partir do final do século XX), como um problema crônico e, simultaneamente, provocou o fortalecimento de grandes monopólios e oligopólios transnacionais, sob a tutela de uma classe restrita que detém fatia considerável do capital. Nesse processo de concentração, proliferaram-se estratégias cada vez mais agressivas na tentativa de superar quaisquer limites impostos à perpetuação do capitalismo.

Deixando de lado a luta ideológica sobre o planejamento estatal versus mercado, o que tudo isso significa é que a continuidade do fluxo do capital

em um mundo com uma divisão social do trabalho cada vez mais complicada repousa sobre a existência de arranjos institucionais adequados que facilitem a continuidade desse fluxo pelo espaço e pelo tempo (HARVEY, 2011, p. 63).

Nesse sentido, o que se observa é que a ação predatória do capital com vista a sustentar sua perpetuação atingiu o mundo do trabalho e, por consequência, a classe trabalhadora, ponta mais frágil na relação de embate de forças traçadas nesse contexto. Essa realidade é produto da flexibilização do trabalho³, totalmente avesso à produção rígida dos moldes fordistas, calcado no permanente rastreamento de condições convenientes à acumulação, fato esse que redundou no total descompromisso com os sujeitos que vivem do trabalho, tornando-os uma peça descartável e reposicionável segundo os desafios postos à ação voraz do capital.

O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, ou seja, pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho. a ciência e o desenvolvimento social por ela gerado, pertencendo ao capital e aumentado a sua força produtiva, ao se colocarem em oposição objetiva ao trabalhador, justificavam a distribuição desigual dos conhecimentos científicos e práticos, contribuindo para manter a alienação, tanto da produção e do consumo, quanto da cultura e do poder (KUENZER, 2007, p. 1155).

A "acumulação flexível" (HARVEY, 1993) solicitou um novo tipo de trabalho e, por extensão, uma nova concepção de mundo capaz de justificar a alienação do trabalhador e, acima de tudo, supriu as necessidades do capital assentadas na subjugação dos homens à sua sustentação (KUENZER, 2007). Desse modo, o que se observa é que o capital foi promovido para hierarquia máxima das prioridades contemporâneas, fato realçado pelo regime flexível

³ A acumulação flexível se refere ao modelo organizacional capitalista que combate qualquer forma de rigidez verificada até meados do século XX. A flexibilização se apoia na "empresa enxuta", na produção *just-in-time* e na desespecialização de unidades produtivas, caracterizando-se por um processo de difusão e transnacionalização do capital, na busca permanente por novos nichos de mercado e melhor capacidade de superar crises do sistema.

que reorganizou diversas esferas da sociedade, seja política, econômica ou social, subsumindo-as aos caminhos tortuosos do sistema capitalista.

Um exemplo clássico que realça os efeitos da redinâmica adquirida pelo capitalismo em contexto de flexibilização do trabalho, pode ser esboçado no que tange ao que Salerno (1995, p. 65) definiu como “flexibilidade de gama”. Contrapondo à rigidez do modelo fordista, a “acumulação flexível” atende um sistema de produção absolutamente mutável e dinâmico, consonante às características flutuantes do mercado consumidor. A não adequação a este esquema implica numa violenta exclusão da empresa, aniquilando sua influência num mercado altamente competitivo. A flexibilização, por efeito, atende à efemeridade do mercado, especialmente numa época em que a obsolescência se tornou uma constante e, nessa dinâmica, a rigidez e estocagem emperram a performance empresarial.

Hoje, a fabricação industrial expõe em escala planetária a “construção em plataforma” dos mais variados bens, dos automóveis aos computadores e às roupas. A plataforma vem a ser um objetivo básico ao qual são aplicadas pequenas mudanças superficiais, para transformar o produto numa marca específica. O processo de produção não é exatamente o conhecido processo industrial de produção de bens em massa. As tecnologias modernas são capazes de transformar rapidamente a forma e o tamanho de garrafas e caixas; os conteúdos também podem ser maquiados com mais rapidez na produção eletrônica do que na antiquada linha de montagem, na qual as ferramentas serviam de maneira fixa a uma mesma finalidade (SENNET, 2007, p. 133).

Evidentemente, essa característica imposta pelo sistema de produção flexível, impactou o perfil de trabalhador recrutado no atual cenário. A lógica se assenta na percepção de que a perícia é antítese da flexibilização, ou seja, a alta especialização, proposta por Taylor⁴, em nada se relaciona com o funcionário multitarefa requerido pela produção flexível. Está valendo fazer uma tarefa de modo pontual, aligeirado e não mais repetitivo e meticuloso, uma vez que “quanto mais sabemos fazer alguma coisa bem feita, mais nos preocupamos com ela [...] e a obsessão é, com efeito, necessária para a perícia” (SENNET, 2007, p. 100).

⁴ Na ótica taylorista, os empregados não precisariam desenvolver habilidades, senão aquelas diretamente relacionadas com o serviço braçal, ocupação suficiente para atividades no trabalho. (PINTO, 2010).

Nessas circunstâncias nasce um “novo” tipo de trabalhador empregável, aquele polivalente, versátil, despreendido da especialização e, sobretudo, conhecedor da ampla cadeia do processo produtivo. Nesse nexos, a ideia é: requerer um trabalhador flexível para sujeição a um regime flexível.

As organizações valorizam, sobretudo, capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar em vários problemas com um panteão de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto. A busca do talento, em particular, é focalizada em pessoas com talento para resolver problemas qualquer que seja o contexto, um tipo de talento que não se adapta a um enraizamento forte (SENNET, 2007, p. 131-132).

O discurso da flexibilização, no que tange sua vinculação com o trabalho, não se restringiu apenas ao *locus* de produção do trabalhador, excedeu o chão da fábrica e alcançou também a identidade dos trabalhadores e, inclusive, a prática social desses sujeitos. Basta observarmos, por exemplo, a percepção de Antônio sobre o que é ser trabalhador: “Para mim, trabalhar é construir tudo isso, é fazer parte desse crescimento que a gente tem vivido, pois sem trabalho nada disso estaria acontecendo hoje”. Antônio parece assumir as transformações como se fossem pessoalmente suas, ele se põe num espaço de responsabilização pelos fenômenos que atingem o comércio local. O comerciário parece sobrevalorizar o “seu trabalho”, mas em momento algum ele se põe na condição de “explorado” ou “expropriado”, pois, na sua ótica, o “seu trabalho” constrói, mostrando-se parte fundamental do processo de “evolução” da sociedade que o cerca. Antônio se apropria dessa “evolução” como se fosse sua própria, mas a realidade, posta nas entrelinhas desse processo, o hostiliza, o exclui e o marginaliza. No seu discurso, “o crescimento” é “vivido por todos”, sem claras assimetrias, como se todo rearranjo proposto pelo sistema nessas últimas décadas sintetizassem as vontades e necessidades de todos os trabalhadores.

O olhar fetichizado de Antônio tem uma razão de ser que encontramos no componente ideológico da empreitada burguesa nesses “novos” paradigmas do capitalismo flexível. Ao se configurar como parte estruturante da ideologia hegemônica, a lógica da flexibilização penetrou o mundo de significados dos trabalhadores nesse início de século. Tal fato repercutiu na nova atitude dos sujeitos mediante a auto-percepção como categoria e,

sobretudo, como peça chave do fluxo de consumo. Nesse sentido, pensar nessa nova dinâmica que ora transgride, ora ratifica o sentido de ser trabalhador, solicita debruçar sobre o cenário histórico que desencadeou na atual configuração.

Por fim, é necessário salientar que concordamos que a reestruturação produtiva rompeu com muitos paradigmas e significados persistentes no decorrer do século XX que, embora implique numa mudança conservadora pela sustentação dos mecanismos de hegemonia do capital, tenha impactado deveras a subjetividade dos trabalhadores. Todavia, não seria negligente acreditar que as mudanças nessa virada de séculos ofuscaram totalmente noções como consciência de classe e mobilização? Seria impossível encontrar remanescentes de uma memória associada às conquistas trabalhistas de meados do século XX entre os membros da atual geração de trabalhadores? As lutas sindicais de anos atrás se esvaíram da memória popular e hoje estariam confinadas a museus ou livros didáticos, como imagens iconográficas destituídas de sentido prático?

Flexibilização: do contexto ao conceito

A trajetória cíclica do capitalismo se associa a um amplo processo de transformações sociais e econômicas. Por isso, medidas estratégicas aplicadas ao processo produtivo se sincronizam a uma necessidade constante de multiplicação do capital e perpetuação do regime concentrador. Esse fato permite compreender que as transformações na concepção de trabalho, bem como o meio pelo qual este se insere na prática social de homens e mulheres, passa por uma formação histórico-social.

Uma transformação da concepção do trabalho, que não é mais só um dever que responde a exigências religiosas, morais ou mesmo econômicas. O trabalho torna-se a fonte de toda riqueza e, para ser socialmente útil, deve ser repensado e reorganizado a partir dos princípios da nova economia política (CASTEL, 1998, p. 213).

Seguindo esse raciocínio, se o trabalho é reorganizado para e pelos “princípios da nova economia política” e este todo orgânico se insere num contexto de mudanças históricas, então, pode-se entender que as táticas aplicadas para controle e reprodução do capital, por

meio do trabalho, também se associam a uma dinâmica complexa e ampla. Por esse motivo, “a origem da fragmentação do trabalho, portanto, não é a divisão técnica, mas sim a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção” (KUENZER, 2007, p. 1162).

Pensar na flexibilização, como característica primordial da acumulação capitalista nessas últimas décadas, não significa sintetizá-la como mera estratégia de produção, articulada à necessidade de sobrevivência empresarial num cenário de concorrência acirrada. Mais que isso, flexibilidade é um modelo de organização econômica, social e política, associada à iminente necessidade de perpetuação do capital, sobretudo, equalizada ao contexto histórico, cuja lógica assenta na visceral tentativa de reinventar o sistema para garantir sua dinâmica acumulativa. Por essa razão, abordar flexibilização implica em reconhecer que o capitalismo precisa alterar sua dinâmica para perpetuar, precisa refazer suas relações para se manter como tal e driblar limitações que se mostrem hostis à acumulação. A flexibilidade se configura como uma medida para reprodução do sistema, cujo princípio é marcado pela

habilidade de um sistema para assumir ou transitar entre diversos estados de deterioração significativa, presente ou futura, de custos quantidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem não-homogênea, definível a partir de aspectos intra e extra-fábrica. As necessidades de flexibilidade de um sistema de produção relacionam-se com contextos definidos pela relação produto-processo-mercado e pela sua opção competitiva, não sendo, portanto, generalizáveis (SALERNO, 1995, p. 62).

Para melhor compreensão das características impostas pela flexibilidade ao sistema produtivo, Salerno (1995) propõe oito dimensões que caracterizam o fenômeno da flexibilização produtiva. A seguir, mencionamos quatro dessas atribuições:

- i. Flexibilidade estratégica: Segundo o autor, esta se refere a uma característica muito nítida nesses últimos anos, em que empresas mudam rapidamente de estratégias de negócios e produção sem perdas significativas. Seja processos de fusões entre corporações ou compra de menores empresas, sempre tendo em vista adequações às demandas mutáveis do mercado.

- ii. Flexibilidade de volume: Ao menor sinal de retração ou expansão da demanda, a empresa precisa estar preparada para reposicionar a produção a serviço dessa imprevisibilidade. O mesmo se observa na relocação rápida do trabalho, a exemplo da terceirização com vistas a reduzir volumes de investimentos e riscos.
- iii. Flexibilidade de gama: É a capacidade de fazer pequenos reajustes nos produtos/componentes fabricados pela empresa. Essa característica inverte o sentido da demanda, uma vez que a produção aqui é rigorosamente ajustada em função da demanda, logo, não há estoque, mas total sincronismo com o perfil de consumo do cliente.
- iv. Flexibilidade social extra-empresa: Essa característica se relaciona a medidas que excedem o espaço do trabalho, tocando questões como legislação e regulamentação social e sindical, calcado na flexibilização de contratos de trabalho, o que torna variáveis questões como salários, horários e local do emprego. Para Salerno (1995), no Brasil essa flexibilidade é exagerada, transfigurando-se num elemento “inibidor para o desenvolvimento da competitividade das empresas ao instabilizar sobremaneira a força de trabalho” (p. 63).

O que fica claro, por meio dessas dimensões da flexibilidade, é a constatação de que se trata de um elemento externo ao espaço fabril, todavia capaz de reorganiza-lo profundamente. As marcas deixadas pela reconversão produtiva, realçadas pelo regime de acumulação flexível, impõem uma remodelagem em esferas múltiplas da sociedade, tanto no trabalho, como na qualificação dos trabalhadores, além do perfil dos consumidores, no papel do Estado, nas suas políticas públicas e nos meios de inserção dos governos na geopolítica internacional.

Desse modo, é possível entendermos que o processo acima descrito, embora mencionado no espaço fabril, adquiriu refrações significativas na organização produtiva de demais setores da sociedade, impactando severamente as relações de trabalho imersas na atual configuração capitalista. A produção fabril não é objeto de estudos no presente texto, entretanto sua menção se faz necessária como forma de compreender as novas formas de gestão suscitadas no setor do comércio a partir das transformações na esfera produtiva global.

Se hoje existe uma infinidade de tendências, modas, estilos, fetiches, subtipos de mercadorias, valores iconográficos e opcionais agregados ao produto, tal fato se deve por uma substancial modificação no processo produtivo alavancado pelas “novas” formas de gestão do capital global. De modo semelhante, as relações sociais e os vínculos trabalhistas se metamorfoseiam em total sintonia às mudanças impostas pelas formas de gestão que não se mantiveram restritas ao chão da fábrica, mas adquiriram força também nas esferas da sociedade mais próximas ao consumidor e mais corriqueiramente traçadas na vida social.

Novais é um caso emblemático do que ora falamos. As novas formas de gestão traram a subjetividade dos seus consumidores que, inevitavelmente, foram seduzidos pelos elementos fetichistas de um novo padrão comercial erigido nesse início de século. A dissolução de negócios locais, a exemplo da loja de Novais, evidencia uma aparência “natural” de transformação na economia que deixa uma sensação “evolutiva” no ar, sob a égide intencional de um sistema perverso e absolutamente concentrador.

De todo modo, as quatro características da flexibilidade, indicadas por Salerno, realçam mudanças que não foram acompanhadas pelos micronegociantes, tanto por falta de conhecimento, como por subestimarem o poder avassalador dos “novos” paradigmas organizacionais do capitalismo, como também por não possuírem condições financeiras de incorporarem tais incrementos. O resultado foi um acirramento das relações concorrenciais com fácil prevalescência do capital externo que engoliu pequenos negociantes num espaço de tempo razoavelmente pequeno.

E qual consciência subsiste?

O processo de reestruturação produtiva contém um forte componente ideológico especialmente porque ela implica também na reestruturação do trabalhador, na reestruturação do consumidor, enfim, na reestruturação da sociedade. Ao trabalhar por meio do consentimento – e não do uso da força – a flexibilização necessita adentrar a subjetividade dos trabalhadores com vistas a regimentar uma nova percepção acerca de sua existência. Sem sua porção ideológica, a reestruturação produtiva seria apenas mais um sistema gerenciador da produtividade e, certamente, depararia com entraves, como mobilizações articuladas com

eficiente resistência. O nexos discursivo dos sujeitos pode se compor da aparência fetichizada da “modernidade”, movida por uma obsessão massificada pelo consumo, pela aquisição e por uma vida social esvaziada de sentido e preenchida pela mercadoria.

Se por um lado, entendemos que o “novo” capitalismo flexível rompeu com “velhos” padrões de acumulação, instaurando sofisticados mecanismos para adentrar a fantasia dos sujeitos; por outro, compreendemos também que, no convívio, as representações das coisas, calcadas na identidade dos trabalhadores de outrora, podem apresentar refrações ainda presentes. A memória social pode ter conservado componentes, sutis que sejam, no discurso dos sujeitos sobre sua percepção identitária como classe trabalhadora. Destarte, “novo” e “velho” coexistem e permitem compreender que a dinâmica em curso atualmente não superou formas antigas de exploração, bem como pode ter permitido subsistir a consciência de classe que se mantém implícita na experiência dos trabalhadores.

É essa a hipótese que rege o desenvolvimento deste texto, orientado a partir de que a história não se mostra linear, mas, mesclada de significados que transitam irregularmente na superfície das representações comuns. Postos na condição de trabalhadores, homens e mulheres históricos herdamos, compartilhamos, rejeitamos ou introjetamos valores, numa ininterrupta teia de relações sociais capaz de ligar pessoas, gerando um senso de filiação.

Para construção dessa análise, estão sendo de grande valia as reflexões em torno do espaço, como resultante das reestruturas sinalizadas pelo capital, pois o espaço, especialmente urbano, é lugar privilegiado onde se travam embates de interesse antagônicos expressos na memória, nas representações e na experiência cotidiana. É importante lembrar que essas representações operam num espaço concreto, montado e remontado segundo interesses que permeiam a prática social. Num terreno de disputa desigual, frequentemente um dos grupos arquitetam os cenários e imprimem seus interesses, fato muito perceptível nas cidades, que hoje vivenciam um encolhimento de espaços públicos e um alargamento exponencial de espaços privados, fenômeno notório pelo poder de asfixia que o aparelho privado exerce sobre a esfera pública. Nesse processo, o espaço se torna parte precípua da malha capitalista, ordenado com vista a propiciar a circulação, reprodução e perpetuação do capitalismo (HARVEY, 2007).

O espaço urbano é, então, uma produção social, no sentido amplo do termo. Assim, se a organização social é regida e determinada por uma racionalidade capitalista, e o capitalismo é um sistema essencialmente de contradição e de distinção entre os grupos sociais, o espaço urbano sob o capitalismo reflete a contradição e distinção (PADILHA, 2006, p. 6).

Para ilustrar a arrumação da malha urbana segundo os paradigmas economicistas, observou-se, por exemplo, que o “novo” capitalismo flexível redundou numa expulsão maciça de trabalhadores fabris (devido especialmente às novas tecnologias) que se viram forçados a migrarem para o “setor de serviços”. Por efeito, houve uma multiplicação intensa de micro-empresas, além de trabalhadores informais, ambulantes que hoje são parte cotidiana da paisagem urbana no Brasil.

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços” que, inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização, mas que também sentem as consequências do processo de reestruturação (ANTUNES, 2009, p. 19).

As mudanças na estrutura econômica repercutiram na organização do espaço que se tornou um campo propício para apreciação do estudo que desenvolvemos. Por essa razão, quando inserimos o espaço e sua relação dialética com a reestruturação produtiva, é-nos permitido observar o processo de desterritorialização e fugacidade dos investimentos corporativos internacionais – que reorientam e desfacelam economias inteiras na busca incessante por condições propícias à lucratividade – quando também é possível notar tais transformações no microcosmos urbano, afinal, as cidades passaram por um fenômeno abrupto de mudanças que superlotaram os “serviços” e acentuaram a silhueta excludente das periferias.

O espaço urbano, mais do que nunca, se converteu em arena de escancaramento da desigualdade e da pauperização de grandes contingentes humanos em prol da acumulação do capital. Em outros termos, o espaço é resultado literal do modelo de organização histórica das

sociedades, que afixam nele suas mais graves dicotomias e ambiguidades, postas nas entrelinhas dos traçados urbanos e no constrangimento que a efêmera prosperidade dos centros empresariais impõe às populações mais pobres. Ser “filho” de um espaço urbano – cada vez mais privatizado pelo poder expansionista do capital – significa acatar com as mudanças no senso de identidade materializado no espaço, mas é também negar-se como cidadão de um ambiente cada vez mais exclusivo àqueles que podem pagar pelo seu acesso. A estrutura política neoliberal, realçada pela reestruturação produtiva, implica numa reestruturação também comportamental de trabalhadores e de consumidores, numa reestruturação de perspectivas cidadãs e reestruturação no arranjo espacial, mais do que nunca calcado na ideia prioritária do expansionismo capitalista.

Para exemplificar essa afirmativa, os *shopping-centers* são porção emblemática da atual conjuntura expansionista do capitalismo flexível, onde a sofisticação promovida pelo sistema de iluminação, pela arquitetura arrojada e a climatização geram a impressão de que este é um lugar “público”, cuja engenharia soube materializar perfeitamente as necessidades dos cidadãos. A ideia de espaço público no interior dos shoppings falseia o caráter altamente ambicioso do capital privado, que regimenta condutas e exclui, sob uma aparente prosperidade do todo. Os shoppings ilustram a materialização da ideologia neoliberal, que ergue os espaços privados como ambientes adequados, capazes de suprir a ação deficitária do Estado.

Com olhos viciados na racionalidade econômica do capital, os gestores dos shopping-centers redesenham cidades e suas praças públicas, recriando-as mais limpas, mais bonitas, mais modernas, mais práticas e mais seguras, de forma que as pessoas sintam mais prazer no mundo artificial “de dentro” que na realidade real “de fora”. Esse prazer provocado artificialmente, mesmo ilusório, acaba por dificultar a tomada de consciência dos conflitos sociais e econômicos, do imperialismo norte-americano, dos riscos trazidos pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, da manipulação do “tempo livre” pela via do consumo etc. (PADILHA, 2006, p. 26).

Os *shoppings* são uma réplica fiel do “novo” capitalismo, cuja sociedade tem sido fetichizada com a “forma fantasmagórica da mercadoria” (MARX & ENGELS, 2007), e

destituída de sentido para além do consumo. O atual cenário demonstra que homens e mulheres se acostumaram com a ideia de consumirem a felicidade, a fantasia, a segurança, em suma, se acostumaram a garantir sua existência pessoal apenas quando se ocultam sob as mercadorias que consomem. Segundo a Associação Brasileira dos *Shopping-Centers* (ABRASCE), o primeiro *shopping* foi inaugurado no Brasil em 1966 na cidade de São Paulo e, no decorrer do século XX o aumento de unidades foi exponencial. Somente em 2011, foram inaugurados mais de 22 *shoppings* em todo Brasil, no ano de 2012, foram mais 40 *shoppings* e em 2013 mais 30 *shoppings* abertos. Nesse sentido, é possível observar que os *shopping-centers* se tornaram um fenômeno nacional, muito atrelado à dinâmica capitalista registrada nessa virada de séculos.

Não podemos perder de vista que a acelerada explosão de números de *shopping-center* não é suficiente para compreender a dinâmica econômica desse início de século, mas, quando confrontada com as atuais estratégias de perpetuação do sistema capitalista, permite compreender o processo expansionista dos *shoppings* e das franquias internacionais como fenômeno advindo da ação expansionista do capitalismo. Simultaneamente ao expansionismo vertiginoso dos *shoppings-centers* no Brasil, também se verificou um aumento considerável no número de empregos diretos e indiretos produzidos dentro desses espaços. A ABRASCE informou que, em média, o número de *shoppings* no Brasil tem dobrado a cada cinco anos, consequentemente as relações de trabalho, bem como o perfil específico de trabalhador recrutado por esses ambientes também estão apresentando participação progressivamente maior em todo cenário nacional. É por esse motivo que, quando abordamos o espaço dos *shopping-centers*, não estamos entendendo este como um lugar isoladamente privilegiado pela circulação de mercadorias, mas apontamos o fenômeno expansionista como resultante de uma real transfiguração do capitalismo nesse início de século que vem reorganizando a malha urbana e as relações (de trabalho e sociais) com vistas a atender às características imperialistas do capital no atual contexto.

Por esse propósito, os centros urbanos brasileiros hoje são equipados com bolsões de prosperidade que contrastam com um contingente gigantesco de sujeitos excluídos, fadados a viverem em subúrbios precários sob o estigma da precarização no trabalho. A sensação de

prosperidade advinda da multiplicação de grandes redes e franquias nacionais e internacionais inspira a percepção de que essa é uma “prosperidade de todos”, “uma conquista do município”, fato inclusive utilizado pelo poder público como plataforma de campanhas políticas.

Nesse início de século, além de um grande *shopping-center*, a cidade de Vitória da Conquista tem notado um aumento significativo no número de hipermercados, *fast-foods*, franquias e lojas de capital estrangeiro que, até década de 1990, não existiam aqui. A quase simultaneidade da chegada dessas empresas realça a dinâmica em curso do sistema que afetou a organização econômica da região ao qual nos referimos. A aparência de cosmopolitismo, rompendo com a sensação pacata interiorana do município, vai deixando a controversa impressão de que esta é uma “evolução” necessária para o bem-estar de todos e para a melhoria da qualidade de vida.

Desse modo, a sensação de que o expansionismo capitalista é de interesse público omite o caráter privativo desse fenômeno, calcado na exploração e aviltamento do trabalho, e que, ao final, gera números “incontestáveis” acerca do crescimento econômico e redinâmica no fluxo de mercadorias, como se estes permitissem usufruto de todos. O crescimento econômico transparecido pelo processo expansionista do capital desrespeita identidades regionais, maquia a desigualdade social e impõe uma subjugação crônica à ideia do consumo. Nesse discurso, consumismo se torna sinônimo de qualidade de vida, aquisição de mercadorias passa a ser condição para exercício da vida social, pois a aceitação social fica então condicionada à adequação ao padrão transnacional de consumo.

As remodelagens nos centros comerciais, bem como nas relações neles traçadas, são, por conseguinte, a mais emblemática expressão da dinâmica intervencionista do capital sobre o espaço, com vista a garantir a propagação do consumo, a captura da subjetividade dos sujeitos e, sobretudo, o mascaramento das tensões que colidem nas relações sociais altamente desiguais e expostas à barbárie do substrato mais nefasto da exclusão. De forma idêntica, os vínculos sociais embutidos nos novos paradigmas capitalistas também possuem um caráter fetichista, encoberto por relações de trabalho calcadas na flexibilidade, com uma clara erosão de direitos trabalhistas, mas, que num olhar aligeirado, se mostram sofisticados,

aparentemente distintas das “inescrupulosas” relações de trabalho nas obsoletas e desconfortáveis fábricas fordistas no início do século XX.

Esse fenômeno ampliatório dos espaços privados se tornou nítido em outros locais de circulação comercial. As grandes lojas de departamento, aliadas a redes e franquias estrangeiras e nacionais redesenharam a dinâmica local de muitas cidades, eclodindo uma concorrência assimétrica, com destruição de micronegócios e polarização de nichos específicos do consumo. Destarte, o alargamento das redes transnacionais, que recentemente aportou em cidades de médio porte, impactou o fluxo de capitais, a dinâmica comercial e os próprios vínculos sociais. Agora, o sistema tenta formar um novo perfil de trabalhador, gestor e consumidor, muito mais equalizado ao cosmopolitismo artificialmente criado pelo capitalismo flexível que, inscrito em redes globais de tecnologia, induz padrões comportamentais segundo ditames imperialistas do capital.

O habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadorias e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe. Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua na vida do trabalhador: a atrofia da competência. No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

Estamos falando de uma modernização conservadora, onde a máquina estatal, acionada pelos rearranjos impostos pela flexibilização, se encontra cada vez menos disponível às necessidades mais elementares da população, porém, cada vez mais manejada pelas demandas expansionistas do capital.

Assim sendo, a política neoliberal, associada à acumulação flexível, fez com que “a parte” sofresse influência “do todo”, num movimento dialético que gerou efeitos, mesmo nos espaços mais tradicionais de comércios locais, requerendo mudanças para sobrevivência numa arena marcada pela ação predatória do capital transnacional. A não adequação aos

padrões de acumulação poderia, então, extinguir empresas, fato nítido, especialmente, na redução dos custos de produção que, no geral, se baseiam na precarização do trabalho e deterioração de vínculos e direitos trabalhistas.

Nesses moldes, a modernização não extinguiu a precarização do trabalho, pelo contrário, a agudizou, porém com maior sutileza, com hábil perspicácia da sedução ideológica que invade a subjetividade dos trabalhadores e, com seu consentimento, lhes violenta subsumindo-os aos ditames da acumulação flexível.

Por esses termos, estamos cientes de que uma “nova” etapa do sistema capitalista paulatinamente foi se instalando no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, e hoje se mostra calcada na flexibilização, em total oposição ao que se verificava até os anos 1980. Por outro lado, não podemos concordar com uma história linear, estanque e compartimentada por períodos históricos isolados, pois, especialmente quando tocamos estudos em representações sobre as coisas, os significados se mesclam, permitindo que o “velho” e o “novo” se concatenem no “hoje”.

Desse modo, eis a justificativa pela qual adentramos os estudos em memória social, exatamente tendo por base a percepção de que as representações construídas na cotidianidade de outrora podem conter uma imperecibilidade, que adquire hereditariedade pelo viés social. A memória herdada, mencionada por Pollak (1992) é parte constituinte do senso comum presente hoje no discurso dos sujeitos, afinal qualquer aparência individual das representações é imaginária, desmentida pelo que Halbwachs (2006) entende por quadros sociais da memória.

Nesse estudo, a memória social surge como pertinente conceito capaz de romper com qualquer tradicional visão linear acerca da história, reconhecendo a multiplicidade de contextos históricos que permitiram erguer distintas representações que, por sua vez, foram arrastadas entre gerações, desaguando num complexo mundo de significados hoje reproduzido no discurso dos sujeitos.

A memória é, sim, campo de disputa de interesses antagônicos entre forças comumente desiguais, onde o lado mais forte acaba se sobrepondo e perpetuando mais facilmente. Nesse terreno conflituoso se encontra a ideologia, utilizada como ferramenta

capaz de legitimar os interesses do capital e marginalizar os interesses de classes menos favorecidas, compondo uma mescla de representações que se complexificam por sua imprevisibilidade e conflituosidade.

Embora estejamos falando de uma disputa entre grupos desiguais, onde o poder garante a permanência de interesses hegemônicos de classe, é fundamental entender que essa dinâmica não significa a extinção das ideologias dominadas e da memória subterrânea (POLLAK, 1992). Pelo contrário, a ação ideológica do capital pode fomentar a busca pelo senso de filiação, eclodindo, por exemplo, no crescente interesse pelo campo de estudo em memória de grupos, que encontram na sua trajetória a substância necessária para alicerces da identidade inter-geracional. Ciente dessa realidade, partimos da hipótese de que a dinâmica do “novo” capitalismo, embora seja marcante pela ruptura, não demoliu a memória social, fato nítido nas representações dos trabalhadores acerca de sua própria condição, que, certamente, possui caracteres adquiridos das gerações anteriores.

Conclusão

As transformações apontadas pelo “novo” capitalismo flexível se mostram visíveis materialmente, no desenho urbano e no espaço de trabalho; socialmente, nas relações suscitadas segundo as demandas do sistema e, por conseguinte, na subjetividade, quando eclode em representações acerca do processo em curso. A subjetividade dos sujeitos que fazem parte da dinâmica capitalista é nitidamente atingida pelo componente ideológico do capital, que necessita sincronizar os valores sociais ao nexo da acumulação, num processo de sujeição consentida.

O mecanismo ideológico dessa empreitada capitalista impõe novos discursos individualizantes embrutecendo os sujeitos a uma subsunção deliberativa aos valores do consumo. Somado a esse fato, a subjetividade dos trabalhadores também é atingida, repercutindo em diferentes posicionamentos sobre o que é ser trabalhador no atual cenário e na consciência cotidianamente compartilhada na prática social dos sujeitos.

Evidentemente, os discursos aos quais nos referimos são carregados da concreticidade cotidiana onde se ancoram os indivíduos, sendo, então, carregados ideologicamente por

posturas sociais, políticas e culturais que regimentam ações. Representar o “novo” capitalismo, por exemplo, significa reconhecer-se dentro de um lugar específico de discurso, que, somado à trajetória pessoal, recruta uma memória vivida ou herdada capaz de autenticar significações.

Dessa forma, ser trabalhador ou empregador é um posicionamento, sobretudo, histórico, que insere os sujeitos numa totalidade dialética, inevitavelmente invocando o processo histórico atualmente movido pelo capitalismo flexível. Não somos meras peças passivas, manipuladas pelo nexos da acumulação, mas somos parte de um processo vasto, diluído em nosso curso de existência e parte dos discursos que elaboramos e, por vezes, reproduzimos.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. **Século XX: nova era da precarização estrutural do trabalho?** In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 01, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24/nspe1/a04v24nspe1.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2013.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **O enigma do capital**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KUENZER, A. Z. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educação e Sociedade, Vol. 28, Num. 100. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428-100.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes**

profetas. (1845-1846). Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

SALERNO, M. S. **Flexibilidade e organização produtiva**. In: _____ (org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.